

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: O QUE FAZ A ESCOLA PARA ACOLHER ESTA DIVERSIDADE.

MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DA SILVA
PEDAGOGA – PELA UFRN – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
DO NORTE
PROFESSORA COORDENADORA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA
EST. PROF. TERTULIANO PINHEIRO FILHO E DA SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARCELONA-RN.

Resumo: O presente Artigo discute de forma crítica e reflexiva a questão da Inclusão Escolar e as dificuldades referentes ao ensino-aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais, promovendo uma discussão reflexiva sobre a pedagogia inclusiva e a prática educativa com os professores, numa perspectiva de embasamento desta prática, objetivando dissertar sobre esta temática, para verificar o que faz a Escola Estadual Professor Tertuliano Pinheiro Filho, para acolher a diversidade de seus alunos, frente a prática de uma proposta pedagógica inclusiva com o intuito de minimizar a exclusão social. Para tanto, fez-se necessário realizar uma pesquisa de campo com alunos, professores e pais de alunos, para verificar suas concepções acerca deste tema e das ações desenvolvidas neste âmbito no seu contexto escolar, resultando em um suporte teórico para o desenvolvimento de um trabalho inclusivo nas escolas, que tenha como base não só receber o aluno no sistema regular de ensino, mas oferece-lhe condições para que possa desenvolver-se como ser humano e como estudante, melhorando a sua qualidade de vida e as suas relações com a sociedade. Uma vez que foi possível constatar que os professores pesquisados encontram-se despreparados para realizar um trabalho com este propósito, por não estarem capacitados e conseqüentemente fundamentados teórica e metodologicamente para desenvolverem atividades que envolvam todos os alunos e não apenas os que apresentam mais êxito cognitivo e/ou físico. Os alunos por medo da exclusão e/ou timidez não falam das suas singularidades e os pais também não reconhecem as deficiências dos filhos. Desta maneira é possível concluir que a escola na qual foi realizada esta pesquisa, ainda não desenvolve um trabalho inclusivo, por acreditar que as diversidades que têm seus alunos não interferem no ensino-aprendizagem. Por isso, é preciso questionar a escola no desejo de desenvolver em seu espaço uma educação inclusiva, que reconheça as diferenças dos alunos promovendo o desempenho para todos.

Palavras-chave: Segregação, Inclusão, Educação.

1. INTRODUÇÃO

A luta pela escola inclusiva tem tido questionamentos e grandes esforços em nível nacional e local, objetivando garantir direitos e deveres aos cidadãos. Apesar de tantos desafios quando se trata de educação para todos, a realidade ainda é contraditória. Há numerosa parcela de alunos que sofrem a exclusão e esperam ser integrados nas salas de aula do ensino regular.

No sentido de refletir sobre este contexto pretendeu-se trabalhar a temática *Necessidades Educativas Especiais: o que faz a escola para acolher esta diversidade*. Para a

efetivação desta, foi realizada uma pesquisa com objetivo de saber o que os professores conhecem sobre a inclusão, como trabalham a prática pedagógica para garantir a integração dos alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula, como também identificar o que as escolas têm feito para tornar seguro o acesso desta clientela, e a visão dos pais a respeito deste novo paradigma nas escolas regulares.

Este trabalho está constituído de uma fundamentação teórica a fim de atribuir significado a temática abordada, seguido da explicitação, metodologia utilizada e dos resultados obtidos ao final das atividades, proporcionando ao leitor uma visão crítica acerca do desenvolvimento deste.

Para tanto, fez-se necessário realizar uma pesquisa na Escola Estadual Prof.º Tertuliano Pinheiro Filho, com alunos de faixa etária entre 15 e 22, os quais apresentam necessidades educacionais especiais; com professores do ensino médio e com os pais destes alunos, com o intuito de verificar suas concepções e trabalhos desenvolvidos para promover a inclusão dos alunos, na escola regular.

Tudo isso resultou em uma fundamentação teórica e metodológica, para que a referida escola, juntamente com o seu corpo docente, desenvolva um trabalho inclusivo, partindo do princípio do reconhecimento do aluno de saber realmente que necessidades apresenta, para depois realizar um ensino-aprendizagem que forneça a todos os educandos condições para se desenvolver em aspectos físico, motor, cognitivo e sócio-cultural, mediante sua capacidade. Uma vez que a proposta da educação inclusiva é oferecer igualdade de condições a todos os estudantes.

Dessa forma cabe a escola fazer uma análise mais aguçada dos seus alunos, a fim de poder proporcionar-lhes, atividades condizentes com as suas condições físicas e psicológicas, é preciso também e principalmente, acreditar na capacidade dos seus jovens e crianças e estimulá-las a aumentar também a sua auto-estima. É preciso em primeiro lugar, estar aberta para este novo propósito de educação para todos, para se ter uma escola inclusiva.

É mister ainda, motivar os professores e direcioná-los para desenvolver atividades, mesmo a partir de propostas simples, mas que desenvolva nos estudantes a solidariedade, a colaboração e o respeito as diferenças, para que se possa chegar a constituição de uma escola em que os alunos são atendidos nas suas necessidades e não uma escola que vise moldar o aluno sob seus ditames.

De acordo com PCN's – Temas Transversais e Ética (1997, p.45) observa-se

que:

Nas relações interpessoais, não só entre professor e aluno, mas também entre os próprios alunos, o grande desafio é conseguir se colocar no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações ao interpretar suas ações. Isso desenvolve a atitude de solidariedade e capacidade de conviver com as diferenças.

Desse modo, colocar-se no lugar do outro, pode trazer para alunos e professores uma experiência significativa na construção de valores e atitudes de solidariedade e respeito e pode ajudá-los aprender a conviver com as diferenças, e a exclusão social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo do pressuposto de que o ser humano não é passivo e não nasce pronto, mas está em constante processo de transformação, faz-se necessário refletir em torno de questões como o que é ensinar e o que é aprender, que tem perdido seu conceito nos contextos escolares.

Diante da ampliação da educação básica, que passou a contemplar desde a educação infantil até o ensino médio, surgiu a perspectiva de que o acesso a escola iria ser facilitado e que as crianças e jovens iam ter garantido sua formação para a vida e para o trabalho.

No entanto, sabe-se que muita coisa ficou só no papel e ainda temos em nosso país, muitas crianças e jovens fora das salas de aulas, pela falta de condições adequadas para freqüentarem os ambientes escolares.

De acordo com o PCNEM (2002, p. 78) “[...] a política da igualdade deve ser praticada na garantia de igualdade e oportunidade e de diversidade de tratamento dos alunos para aprender e dos professores para aprender a ensinar os conteúdos curriculares [...]”

Assim, prega-se como política de igualdade, que os alunos tenham oportunidades iguais e sejam atendidos mediante suas diversidades, e assim, encaminhados para a aprendizagem e que os professores também estejam preparados para ensiná-los.

Diante disso, o grande desafio da escola de hoje, é acolher a diversidade do aluno e oportunizá-lo condições para que possa desenvolver-se como ser humano e cidadão crítico e reflexivo.

Mediante a necessidade de formação em nível superior, para os professores que ainda não disponibilizassem desse nível de ensino, a escola saiu ganhando, uma vez que seus docentes passaram a incluir em suas discussões, a questão da diversidade na sala de aula e até preocupou-se em saber o que fazer para acolher aquele aluno que apresenta necessidades educativas especiais.

Segundo Santos (2003, p. 67), “A educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, com início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.”

Dessa forma, a educação especial precisa acontecer dentro dos sistemas regulares de ensino desde a educação infantil até o mais alto nível que o aluno possa alcançar.

Na verdade, o que se percebe reproduzidos nos nossos espaços escolares, não condiz com o que é proposto, em se tratando de educação especial.

Sabe-se, no entanto, que as escolas, estão acolhendo as crianças com necessidades educacionais especiais, entretanto, pouco estão fazendo para garantir a este estudante condições de se desenvolver. Isso se dá, não propriamente por culpa das instituições escolares, e/ou professores, mas sim pela falta de estrutura, tanto física quanto pedagógica, que a nossa educação escolar ainda não contempla para realizar trabalhos desta natureza.

O Conselho Nacional de Educação, no seu Capítulo II, Artigo 6º afirma que,

As escolas deverão organizar-se para apoiar, complementar, suplementar, e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a propiciar o desenvolvimento das potencialidades desses educandos, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Corroborando com a citação, a escola deve adequar-se para receber os alunos com necessidades educativas especiais e garantir-lhes principalmente o desenvolvimento de suas potencialidades.

Assim, não trata-se de uma tarefa fácil, pois para adequar a escola no sentido de atender bem a estes educandos, necessita-se de inúmeros fatores que na maior parte dos casos envolvem custos e por mais democrático que esteja a gestão escolar, sozinha, ainda não tem forças para tanto.

Goffredo (1991, p. 29) afirma que

[...] no Brasil cerca de 10% da população é portadora de algum tipo de deficiência, tornando-se, portanto, imprescindível e imperioso que o sistema educacional brasileiro organize-se e se estruture de forma que essas pessoas tenham o acesso e a permanência na escola assegurados.

Desta forma, é mister reconhecer que constitucionalmente, essas pessoas têm tais direitos garantidos, o que não se sabe se na realidade eles são convertidos em princípios de não-discriminação e democratização do ensino.

Ainda para goffredo (idem, ibidem),

[...] democratizar a educação, significa propiciar a todos o acesso e a permanência na escola. Dessa forma, nosso sistema educacional precisa saber não só lidar com as desigualdades sociais, como também com as diferenças. Precisamos saber, então, associar o acesso a permanência com qualidade e equidade.

Assim, democratizar o ensino não significa apenas colocar a criança e/ou jovem com necessidade especial dentro da escola, mas sim garantir que permanecerá nela e principalmente, vai se desenvolver e ter direitos iguais dentro da instituição.

“Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender a aprender.” Goffredo (idem, p. 32), ou seja, a escola precisa acreditar que mesmo sendo portador de uma necessidade educativa especial, cada indivíduo tem o seu potencial e não pode ser negado o direito de explorar suas habilidades e/ou sofreu algum tipo de discriminação ou exclusão sócio-cultural em detrimento da sua aparência física ou personalidade.

Para Stainback e Stainback (1999, p. 288)

A CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA onde todos os alunos citam-se reconhecidos, valorizados e respeitados envolve cuidar dos conteúdos ensinados e da maneira como o currículo é transmitido. Não somente as estratégias de ensino devam ser designadas e as áreas curriculares determinadas para responder a uma ampla variedade de diferenças entre os alunos, mas o próprio currículo deve destinar-se as muitas maneiras em que os alunos se diferenciam.

Diante disto, pode-se perceber que a proposta para uma escola inclusiva é algo muito sério e que de forma alguma pode ser confundido nem pela escola, nem pelos seus representantes, como acolher, colocar dentro da sala de aula e deixar lá o ano inteiro. A escola

que se propõe a assumir esta diversidade, precisa dentre outras medidas, fazer modificações na sua estrutura curricular, uma vez que o currículo das escolas, em sua maioria, ainda estão centrados num ensino transmissivo, copiando o real e compartimentalizado por disciplinas, as quais não são suficientes para atender as diferentes maneiras, com as quais os alunos apresentam-se na sociedade.

Stainback e Stainback (idem, p. 289) afirmam que “A crescente diversidade racial e étnica das nossas sociedades e das nossas escolas tornou imperativo que os programas e os currículos escolares sejam sensíveis às diferenças entre as crianças.”

Frente ao aumento da diversidade no contexto social e escolar, cabe as escolas e chega a ser até essencial, que seus currículos levem em consideração os diferentes sujeitos que acolhe em seu espaço para que possam, estar ajudando a criança a desenvolver atividades e valores positivos e capacitem-se para a vida social, enxergando-se como um ser humano e como um cidadão independentemente da sua cor, raça, aparência física e/ou classe social.

Diante disto, faz-se necessário esclarecer que nem toda diferença física e/ou distúrbio de aprendizagem é uma necessidade educativa especial, assim sendo, a escola e seus professores precisam ter bem definido esse conceito, para não permanecer na consciência ingênua de pensar que toda diferença que a criança apresentar, seja física, social e de aprendizagem, deve ser encarada como uma necessidade educativa especial.

Para Mazzotta (2002, p. 53)

[...] à inclusão, à integração e à segregação do portador de deficiência e dos educandos com necessidades educacionais especiais dependem, essencialmente, da concepção de homem e de sociedade que seus membros concretizam nas relações que estabelecem dentro e fora do ambiente escolar.

Desta forma, reconhecer que existe um modelo pré-estabelecido de ser humano e a partir disso, moldar os conceitos que norteiam as relações pessoais, é admitir que dentro e fora da sala de aula, existem preconceitos quanto às diferenças motoras, psicológicas, sociais e étnicas, que os alunos apresentam.

Assim sendo, faz-se necessário que tais concepções sejam separadas, tanto no contexto social, quanto no educacional em virtude de promover a integração dos alunos e não a segregação. Superando a idéia de que as pessoas têm que ser todas iguais e se desenvolverem todas da mesma forma.

De acordo com Carvalho (2000, p. 174),

A organização do atendimento educacional escolar inspirado no paradigma da inclusão, implica a remoção de barreiras atitudinais frente à diferença de alunos com deficiência, dos que apresentam distúrbios de aprendizagem ou com outras características que os coloca em situação de desvantagem.

Para que a educação escolar possa atender com eficácia o modelo de educação inclusiva, será preciso remover algumas barreiras dentro da sociedade e também dentro do ambiente escolar, no que compete as dificuldades de aprendizagens dos alunos, as deficiências e/ou outras características que apresentam, o que faz com que seja tratado de modo diferente. Também precisa desmistificar visões preconceituosas no que diz respeito ao currículo, avaliação, intervenção pedagógica e qualificação profissional, para realizar um trabalho inclusivo, no qual o aluno tenha os seus direitos garantidos e as suas necessidades respeitadas, sem uma escola especial o que aumentaria mais ainda a exclusão social.

O aluno com necessidades educativas especiais não precisa de um lugar específico para que possa desenvolver-se e só depois integrar o meio social, pelo contrário, é no convívio sócio-cultural e na integração com outros alunos e com professores que este aluno vai desenvolver-se cognitivamente se lhe for oferecida as condições necessárias e a atenção devida e dedicada a todos os outros alunos, os que se comportam bem, os que aprendem com mais facilidade e os que tem um nível intelectual mais elevado.

Diante disto, é preciso saber o que as nossas escolas públicas têm feito para receber em seus espaços os nossos alunos com necessidades educacionais especiais para que a inclusão escolar não seja uma idéia que não deu certo e/ou que não surtiu efeito no trabalho educativo e pedagógico da instituição educacional.

No contexto da exclusão social do nosso país, grande parte da população está marginalizada, por encontrarem-se fora da escola. As pessoas com deficiência que pertencem aos setores sociais populares, além dos problemas decorrentes da condição sócio-econômica, ainda são discriminadas pela necessidade especial. Nestes casos, o direito a cidadania será negado duplamente, deixando-os segregados na sociedade e no sistema escolar.

Os avanços na legislação brasileira e a democratização do acesso a escola não foram suficientes para garantir a escolarização para todos. E a população com deficiência

historicamente segregada, ainda hoje, luta pelo direito de poder ingressar e ter acesso ao conhecimento, no espaço escolar.

É perceptível que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), apresenta características básicas de flexibilidade, no que concerne a educação dos indivíduos com necessidades educacionais especiais, no entanto, não inibiu a discriminação e o descontentamento na vida das pessoas, criando barreiras que impedem a inclusão, negando o direito de cidadãos a uma educação que garanta o seu desenvolvimento e inserção social.

Segundo Mader (1997, p. 47), “Um novo paradigma está nascendo, um paradigma que considera a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. Cada vez mais a diversidade está sendo vista como algo natural.”

De acordo com esta citação, um olhar crítico e reflexivo está nascendo para a questão da diversidade, trazendo perspectivas de um ensino inclusivo centrado na diversidade como algo natural, o que se faz mais necessário ainda, integrar o aluno com necessidade educacional especial no sistema regular de ensino, uma vez que este também já busca alternativas para atender esta diversidade cada vez mais com eficácia.

Entende-se que estes alunos, incluídos no sistema regular de ensino tem a possibilidade de interagir com mais autonomia com o meio social, conquistando valores culturais necessários para a vida em comunidade, compreendendo o respeito mútuo e convivendo confortavelmente com as diferenças.

Carvalho (idem, p. 06), considera que,

Para remover barreiras para a aprendizagem e para a participação é preciso pensar nos alunos enquanto seres em processo de crescimento e desenvolvimento e que vivenciam o ensino-aprendizagem segundo suas diferenças individuais precisamos mobilizar a vontade dos pais e dos educadores além de dispor de recursos que permitam levar os níveis de aprendizagem diferentes ou não.

Acredita-se ser esta a saída para que a escola possa desenvolver em seu espaço um processo de ensino-aprendizagem inclusivo, precisa ver o aluno como um ser capaz e considerar que ele está em fase de crescimento e desenvolvimento e precisa de estímulo para que possa desenvolver-se, derrubando as barreiras do preconceito.

Para tanto, é importante questionar a escola com vistas a verificar se diante desta problemática tem proposto ao seu aluno, independentemente das suas condições, situações nas quais possa crescer intelectualmente e/ou se está conseguindo identificar na sua clientela, os alunos que apresentam singularidades quanto a aquisição do conhecimento socialmente produzido e sistematizado, transmitidos pela escola.

Diante da proposta de desenvolver uma pedagogia inclusiva, a escola precisa reverter o quadro das impossibilidades e criar condições, mesmo que não envolvam grandes mudanças estruturais na instituição, mas que os alunos tenham acesso ao aprendizado de conteúdos que lhe ajudarão a desenvolver-se cada vez mais na escola e na sociedade.

A educação inclusiva é de grande relevância e tem como agente principal os professores, por ser eles que trabalham diretamente com esta realidade e se não estiverem preparados, quer seja com cursos específicos, quer seja com leituras informativas, correrá o risco de não promover em sua sala de aula a integração dos alunos. No entanto, cabe a cada um encontrar meios cabíveis para passar a conviver com esta realidade e não compactuar com a segregação dos alunos, por acreditar que não são capazes de desenvolver um trabalho inclusivo dentro da escola, por não estar capacitado para tanto.

Sabe-se, porém, que determinados conhecimentos fazem-se necessários para um trabalho desta natureza, contudo o aluno não pode ser penalizado se o professor não os detém.

Para Stainback e Stainback (idem *ibidem*) o que se põe em questão não é o fato dos alunos com necessidades educativas especiais receberem de profissionais especializados, conhecimentos específicos, o que se discute e se pretende é a construção de um espaço escolar que ofereça aos alunos os serviços de que eles necessitam, mas em salas de aula do que no sistema regular de ensino.

A instituição escolar tem sofrido grandes modificações em seu contexto quer seja na questão do currículo, buscando as disciplinas que mais contribuem para a formação moral, social e profissional dos estudantes, quer seja abrindo as portas para a comunidade para poder realizar uma gestão democrática, sem se falar que os professores, após a exigência da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de que para atuar em sala de aula se fazia necessário um curso em nível superior, adquirirem uma visão mais crítica da educação escolar e do ensino-aprendizagem dos alunos.

O que precisam agora, as instituições de ensino e os seus educadores é adquirir novas habilidades para trabalhar com todos os alunos, inclusive aqueles que apresentam deficiências

sociais e acadêmicas para planejar e conduzir a educação como um bem para toda humanidade tendo em vista que ela é uma especificidade humana.

Diante disso faz-se necessário entender que convivemos em uma sociedade cada vez menos igual, em que as diferenças ainda não são aceitas e uma proposta de ensino inclusivo nas escolas, se for trabalhada, com a participação de todo corpo docente, pode auxiliar os alunos a aceitarem as pessoas que são diferentes, sendo este um passo de suma importância para a construção de um sistema educacional mais harmônico com a perspectiva de igualdade e dignidade para todos.

Um Ensino-Aprendizagem Inclusivo

Frente ao que convém proporcionar aos alunos que apresentem necessidades educativas especiais, para que possam promover um ensino aprendizagem de qualidade, é mister ressaltar uma questão de suma importância, que em muitos casos passa despercebida e se torna a grande vilã do desenvolvimento de um trabalho significativo no âmbito da criação de uma escola inclusiva.

Para Stainback e Stainback (1999, p. 288)

A criação de uma escola inclusive onde todos os alunos sintam-se reconhecidos, valorizados e respeitados envolve cuidar dos conteúdos ensinados e da maneira como o currículo é transmitido. Não somente as estratégias de ensino devem ser designadas e as áreas curriculares determinadas para responder a uma ampla variedade de diferenças entre os alunos, mas o próprio currículo deve destinar-se as muitas maneiras em que os alunos se diferenciam.

Perante o que foi exposto em meio as mudanças que precisam ocorrer para a construção de um currículo inclusivo, bem como uma escola que acolha o aluno e as suas diferenças, o conteúdo que é abordado pela instituição assume um papel fundamental na formação, tanto intelectual, quanto moral dos educandos, por isso, precisa estar condizente com as intenções da escola, com o tipo de cidadão que a escola quer formar e também com a clientela que atende.

A esse respeito, Stainback e Stainback (idem ibidem), afirmam que:

Comunidades inclusivas são aquelas em que todos os membros consideram-se pertencentes as quais acham que podem dar uma contribuição: os alunos não podem constituir uma comunidade, não pode ficar a vontade se acharem que o preço a pagar é a indiferença as suas próprias diferenças e as de seus colegas.

Assim, se sentirem-se agregados a escola e ao que nela se desenvolve, os estudantes que apresentam singularidades podem se ver como membros da referida instituição e por conseguinte, sentirem-se produtivos e construtores da sua própria aprendizagem e colaboradores na construção da aprendizagem dos demais.

Diante disto, é que está a importância de se selecionar conteúdos com os quais os alunos possam perceber que neles encontram algo produtivo para o seu crescimento pessoal e intelectual.

Para que a escola engaje-se em uma proposta inclusiva é essencial que os conteúdos sejam significativos para todos quanto dela fazem parte, não podendo ser essencial para alguns e sem eficiência para outros.

Sem se falar que os conteúdos são capazes de promover a segregação de aluno, e/ou sua exclusão social.

Quando enfatizo que os conteúdos apresentam importante papel frente a construção de uma escola inclusiva, destaco em primeira instância as diferenças de ordem física, mental e/ou psicossocial, uma vez que este trabalho aborda com mais veemência esta temática, entretanto não posso deixar de mencionar também as diferenças raciais e econômicas, religiosas e culturais que os estudantes apresentam e que volta e meia estão se chocando com os conteúdos escolares e criando diferentes polêmicas e constrangimentos, tanto para professores quanto para alunos.

Considerando Carvalho (2000, p.85), observa-se que: “As existência de currículos abertos e flexíveis as adaptações é uma condição fundamental para organizar as respostas educativas compatíveis com as necessidades de qualquer aluno, particularmente dos que apresentam distúrbios de aprendizagem.”

Ainda em Carvalho (idem, p.73): “Mesmo compreendendo que os alunos não são os autores de seus problemas, alguns professores do ensino regular costumam afirmar que pouco ou nada podem fazer para a superação das dificuldades desses aprendizes.”

A falta de motivação por parte de alguns professores faz com que pouco ou nada seja feito para que a proposta inclusiva de receber o aluno no sistema regular de ensino e garantir o seu desenvolvimento se concretize.

Da mesma forma como um currículo adequado e conteúdos significativos podem contribuir para uma educação inclusiva, também o professor e as ações que desenvolve dentro da sala de aula e/ou fora dela, com o intuito de beneficiar o aluno com um ensino-aprendizagem eficiente, é fator essencial para a inclusão e promoção psicossocial dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais e estão engajados no sistema regular de ensino.

Corresponder as expectativas de conseguir inserir no sistema regular de ensino alunos com deficiências e principalmente garantir seu desenvolvimento, para muitos educadores parece utópico, algo impossível de ser alcançado.

Qualidade para todos

É preciso sonharmos com a idéia de igualdade para todos, com a idéia de uma escola que se adeque as necessidades dos alunos e que esteja aberta para acolher a diversidade, com ações simples que se concretizem de fato, que aceite o desafio de incluir alunos deficientes em suas salas de aulas, não por pena, mas com o intuito de promover o seu desenvolvimento e contribuir para a construção de uma sociedade mais igual.

De acordo com a revista Nova Escola (1999, p.11), “a prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação.”

Assim, incluir é aceitar que as pessoas são diferentes e que por este motivo precisam ter suas diversidades aceitas.

Prosseguindo com a revista Nova Escola (idem ibidem), constata-se que, “é preciso preparar a escola para incluir nela o aluno especial, e não o contrário. Sem esquecer de construir rampas de acesso, toaletes especiais e salas mais espaçosas onde os deficientes se sentem na primeira fila.”

Faz-se necessário, diante desta afirmativa, que escolas sejam criadas e organizadas para receber os alunos e não os alunos se adequarem a um modelo pronto e acabado de instituição escolar, no qual precisam se encaixar ou estão fora do sistema regular de ensino. É

preciso criar situações escolares em que as relações aluno/professor/conhecimento, sejam estabelecidas, partindo da coerência entre o que se quer com a educação inclusiva e o que se pretende com uma educação desta natureza, no que diz respeito ao aluno e ao seu convívio escolar e sócio cultural.

Para os PCN's – Temas Transversais (1998, p. 30), “convívio escolar refere-se a todas as relações e situações vividas na escola dentro e fora da sala de aula, em que estão envolvidos direta ou indiretamente todos os sujeitos da comunidade escolar.”

A educação inclusiva diz respeito a todos os indivíduos e a todas as situações que estes indivíduos estão vivenciando dentro ou fora da sala de aula, que implicam no seu bem estar e desenvolvimento psicossocial.

Educar para a vida, para a convivência social, para as relações de trabalho deve significar também educar para a inclusão, para a inserção social e também educar para a construção de uma sociedade mais humana, em que seus indivíduos sejam capazes de estabelecer, entre si, relações de respeito mútuo e solidariedade pelas semelhanças e diferenças que possam apresentar.

Face as exposições aqui registradas no campo da inclusão, é pertinente concluir enfatizando dois pontos que se fazem urgentes e permeiam toda essa discussão.

O primeiro, e essencial para que a inclusão seja uma atividade bem sucedida é o professor, pois é o mediador direto entre o aluno e o conhecimento, é ele que estabelece relação direta e diária com todos os alunos, os que apresentam necessidades educativas especiais e os que são considerados normais, e pode utilizar esse contato em favor da valorização de um trabalho de sensibilização, que realizado ano após ano, pode resultar em um adulto bem resolvido e que ver a inclusão como algo normal e já presente e incluso na sua vida, uma vez que lhe foi trabalhado desde as séries iniciais, podendo também agir em sociedade com princípios éticos e valores morais mais humanos e solidários.

Para isso, é preciso que a inclusão seja trabalhada com todos os indivíduos para que possam ser conscientes de suas limitações e também sensibilizados dos seus direitos e deveres consigo e com o próximo.

O segundo ponto, é a sociedade, que precisa ser preparada para incluir, pois não adianta a escola incluir se a sociedade exclui. O aluno precisa ser incluído na escola e encontrar espaço também no meio social. Se a escola e a sociedade não se ajudarem

mutuamente no sentido de formar os seus cidadãos portadores de necessidades educativas especiais, como sujeitos capazes, estarão entre si, trabalhando em vertentes opostas, incluindo e ao mesmo tempo excluindo o sujeito da sociedade.

A inclusão é uma necessidade, uma necessidade de tornáramos os homens mais humanos e justos, pessoas capazes de pensar e agir, considerando o seu espaço e o espaço do outro. Capaz de ajudar e ser ajudado e principalmente, capaz de entender que a humanidade é heterogênea e que não existe um modelo ou padrão pré-estabelecido de ser humano, o que existe é modelos de personalidade, de caráter, dentre outros que devem ser seguidos para que sejamos considerados iguais.

Para os PCN's – Temas Transversais (1998, p.56),

A vida humana ganha sua riqueza se é constituída e experimentada tomando como referência o princípio da dignidade. Segundo esse princípio, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora do respeito de seus semelhantes, e tem direito a boas condições de vida e a oportunidades de realizar seus projetos. Características particulares – sexo, idade, etnia, religião, classe social, grau de instrução, necessidades ou talentos especiais, opção política, ideológica – não aumentam nem diminui a dignidade de uma pessoa.

Assim, se tomarmos para nós o princípio da dignidade humana, será possível incluir por prazer, por necessidade de nos tornarmos iguais, embora convivendo com a desigualdade.

O mais importante de tudo isso é que a inclusão seja uma opção e que a sociedade opte por incluir, e que não seja obrigada a incluir, pois a obrigatoriedade pode nos afastar da humanidade.

3 METODOLOGIA

Para realizar um trabalho produtivo, sistematizado e acima de tudo mais aproximado possível da realidade educacional dos alunos, se fez necessário procurar descobrir o que tem feito a escola para acolher a diversidade dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais e garantir-lhes a permanência no sistema regular de ensino, com direito a desenvolver-se mediante suas capacidades.

Este trabalho desenvolveu-se na Escola Estadual Prof.º Tertuliano Pinheiro Filho com alunos do Ensino Médio de faixa etária entre 15 e 22 anos e que apresentam algum tipo de necessidade educativa especial. E também com os professores do Ensino Médio, que trabalharam com estes alunos.

Neste contexto, realizou-se uma pesquisa com aplicação de questionamentos, nos quais os alunos, professores e pais de alunos, relataram as formas com as quais encaram e trabalham com as diferenças e com as necessidades educacionais especiais, frente ao desenvolvimento cognitivo e a inserção social do estudante.

Ao professor, questionou-se quais os problemas mais complexos que tem enfrentado na sua atuação docente, o que tem feito para acolher e trabalhar as diversidades apresentadas pelos alunos e qual a sua opinião pessoal em relação a integração e/ou segregação dos alunos no contexto educacional e quais as dificuldades em relação a implementação de um trabalho inclusivo, que não só admita o aluno como parte integrante do sistema regular de ensino para constar no censo escolar e para fazer ver a sociedade que trabalha com a inclusão escolar, mas que garanta ao aluno a qualidade e a equidade no que compete ao seu ensino e aprendizagem, e principalmente se tem noção do que é uma necessidade educativa especial e se consegue identificá-la nos seus alunos.

Os questionamentos feitos aos alunos, foram no sentido de identificar como eles se sentem integrado ao sistema regular de ensino, como se relaciona com os colegas e com os professores, o que a escola precisa fazer para que possa promover a sua permanência na instituição e como se sente em relação a necessidade que apresenta, na interação na escola, na sociedade e na formação acadêmica, além de fazê-lo refletir sobre os seus direitos e sobre o seu desenvolvimento sócio-cultural, cognitivo e motor, frente as intervenções da escola e do professor em função do seu crescimento dentro e fora da instituição e de sua preparação para a vida.

No que compete ao questionamento dos pais, tentou-se detectar qual a opinião que conserva em relação a escola e do trabalho que realiza para promover o desenvolvimento dos alunos, qual o tipo de comportamento o qual o filho apresenta, quais as perspectivas do filho em relação a vida acadêmica e qual a situação atual na escola que estuda no que compete a aprovação e a reprovação.

Estes questionamentos foram realizados na própria escola e os envolvidos tiveram liberdade para expôr o que pensavam e o que acreditavam em relação à inclusão escolar.

Realizou-se também uma palestra explicativa, para que os envolvidos tomassem ciência do que estavam fazendo e por qual motivo estavam fazendo.

Também foi necessário, antes de qualquer atividade, fazer uma roda de conversa com os professores da referida escola, para que ficassem sabendo do projeto e para sugerir os alunos com os quais era possível realizá-lo.

Foi essencial, convidar os pais para virem até a escola, para participarem da palestra explicativa e poder responder aos questionamentos propostos.

Diante disto, fez-se necessário também investigar a temática através de um levantamento bibliográfico, a fim que se conhecesse a inclusão escolar e o seu panorama atual, bem como para poder adquirir subsídios para realização das exposições orais e posterior análise das informações coletadas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a pesquisa realizada na Escola Estadual Professor Tertuliano Pinheiro Filho, com o intuito de verificar o que faz para acolher a diversidade dos seus alunos e promover o seu desenvolvimento cognitivo, motor e sócio-cultural, observou-se que a maior parte dos professores pesquisados encontram-se despreparados para realizarem um trabalho desta natureza, por não disporem de capacitação que forneça respaldo para desenvolverem atividades que contemplem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

O questionamento da maior parte dos professores, consta de respostas positivas no que compete a existência de alunos com necessidades especiais na referida escola, no entanto, as ações que eles tem realizado na instituição em termos pedagógicos, não contemplam o planejamento de metas para atender a estes estudantes, por acreditarem que tais dificuldades não interferem no seu desenvolvimento e que a falta de comprometimento com os estudos, por parte do educando, é a causa principal do seu desenvolvimento escolar. Acreditam ainda que o currículo escolar também não contribui para uma proposta pedagógica inclusiva e que em virtude de não terem formação específica para tanto, fica mais difícil ainda materializar a inclusão escolar.

Assim, ao receber o aluno em sala de aula, deixa-os segregados mas considerando-os integrados, contribuindo para a alienação daqueles que apresentam diversidades por não os envolver nas ações que desenvolve em sala de aula e por não procurar estimulá-lo a

desenvolver seu raciocínio crítico e reflexivo, resultando no desinteresse do sujeito e posterior evasão. Uma vez passa a pensar que é incapaz e não consegue acompanhar o ritmo da sua turma.

Neste sentido, os educadores precisam receber orientações acadêmicas, que possam aprimorar sua formação pedagógica na probabilidade de garantir e educar todos os alunos, incluindo aqueles que fogem dos padrões ditos “normais”, estabelecido pela sociedade.

Por isso, os professores precisam fundamentar-se através de pesquisas, para conhecer e poder enfrentar o desafio da inclusão escolar, no que compete ao ensino-aprendizagem dos alunos.

Pela falta de conhecimentos sistematizados sobre o assunto e também por medo de desenvolver alguma reação preconceituosa frente aos alunos e as suas necessidades, os professores pesquisados preferem, mesmo que por ingenuidade, compactuar com a idéia de que basta estar na escola para ter acontecido a inclusão, e alguns, até desconhecem as necessidades dos seus alunos, tratando-os com os mesmos requisitos dos que não apresentam estas necessidades, deixando-os em situação de desvantagem frente ao seu desenvolvimento.

Partindo desta perspectiva, foi possível perceber que esta escola tornar-se-á acolhedora a medida que seus professores decidirem torná-la, uma vez que esta luta não é nova e nem de uma só pessoa, mas de todos aqueles que desejarem garantir a inserção de todos os sujeitos, propiciando-lhes uma escola de qualidade para todos.

Considerando os PCN's – Temas Transversais (1998, p.56), observa-se que:

A sociedade é composta de pessoas diferentes entre si, não somente em função de suas personalidades singulares, como também relativamente a categorias ou grupos. A diversidade tem como implicação uma multiplicidade de comportamentos e relações, o que guarda a possibilidade de enriquecimento das pessoas envolvidas.

Assim, é preciso usar as deficiências dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais em favor do seu desenvolvimento e também em favor do amadurecimento do seu grupo de convívio, seja na escola ou fora dela.

Reconhecer que alguns indivíduos apresentam limitações, é muito importante, entretanto é essencial considerar que apesar das limitações também são capazes de aprender e de ensinar, de passar lições de vida, e a partir dessa análise, serem iguais do ponto de vista do ensino e da aprendizagem de conteúdos e valores essenciais ao ser humano.

A atitude da exclusão, da incapacidade e do preconceito, está na direção oposta do que se requer para a existência, não só de uma escola, mas também de uma sociedade de fato inclusiva e pluralista por definição. Para que o conceito de inclusão como ação integradora e participação ativa na construção do conhecimento, da cultura e da história, possa se efetivar e adquirir mais sentido, as relações interpessoais entre os indivíduos devem estar sustentadas por atitudes de respeito mútuo, diálogo, solidariedade, justiça e principalmente respeito as diferenças.

Ao avaliar os questionamentos respondidos pelos alunos, percebe-se, no entanto, que estes não falam das suas necessidades educativas especiais, não comentam se apresentam ou não alguma especialidade que interfira no seu desenvolvimento cognitivo, motor e sócio-cultural.

A inclusão escolar não é uma novidade, no entanto é pouco promovida nas instituições escolares com vistas a fazer com que os alunos que apresentam necessidades, desenvolvam seu senso crítico e aprendam a conviver com dignidade aceitando a sua própria diferença.

Por este motivo, o preconceito fala mais alto e o aluno para não ficar em posição de desvantagem frente aos demais colegas, deixa de valorizar as suas diversidades para tentar aprender e crescer com eles, para tentar superá-las e se igualar aos demais alunos, omitindo sua situação para encaixar-se nos modelos estabelecidos pela sociedade de ser humano, sem ser ajudado adequadamente pelo educador.

Para que este quadro seja revertido, faz-se necessário uma ação conjunta dos professores com os alunos, e demais instituições que visem a integração e o desenvolvimento escolar do estudante, no sentido de transformar o ambiente escolar e passar para estes sujeitos a credibilidade, no sentido de compreender o valor de si mesmo e sentirem-se capazes de superar as dificuldades em relação a sua própria aceitação de seus limites.

No que compete ao trabalho que a escola desenvolve para promover o desempenho, dos alunos pesquisados, os estudantes em sua maioria, acreditam que manter os professores e realizar as aulas são ações importantes que a escola realiza para fazer com que eles permaneçam nela, deixando claro, que outras atividades integradoras não são realizadas.

Diante disto, verificou-se que no que compete ao aluno, a inclusão é um assunto o qual eles desconhecem, e desconhecem também os seus direitos, em relação a uma escola inclusiva.

Assim sendo, mereceu enfoque no que compete aos alunos pesquisados, a questão deles não deixarem transparecer que possuem diferenças, sejam elas de ordem cognitiva, motora, física e/ou de comportamento e acreditarem que para permanecerem na escola, as ações mais importantes se dá na presença do professor e na realização das aulas. Isso torna ainda maior a responsabilidade do professor em relação a este aluno, uma vez que nele deposita muita confiança no educador que compete ao seu aprendizado e ao seu desenvolvimento.

No tocante ao questionamento dos pais, estes já identificam com mais propriedades as dificuldades pelas quais os filhos passam no que compete ao relacionamento em casa e na escola. Enfatizando também as causas pelas quais chegou a adotar esta dada postura.

Desta forma, também nada citam sobre as necessidades educacionais especiais e/ou as diversidades apresentadas por eles, no entanto, atribuem o dado comportamento aos problemas que os alunos apresentam e não conseguem resolver.

Verificou-se, porém, que para que possa existir uma perspectiva inclusiva nesta escola, a integração de professores, alunos e pais de alunos é essencial no sentido de conversar sobre o assunto, verificar e comparar os comportamentos dos alunos, para possibilitar tomadas de decisões que venham estar ajudando este aluno a melhorar seu desempenho escolar e o seu comportamento, também, seja em casa e/ou na escola.

Para os PCN's – Temas Transversais (1998, p.32-33):

É preciso buscar formas de a escola estar mais presente no dia-a-dia da comunidade e também o inverso, isto é, a presença da comunidade no cotidiano da escola (pais, pessoas ligadas a associações e instituições, profissionais que possam demonstrar o trabalho que realizam, etc), de modo que a escola, os estudante e os professores possam se envolver em atividades voltadas para o bem estar da sua comunidade, desenvolvendo projetos que repercutam dentro e fora da escola.

Diante disso, é possível constatar que o entrosamento da escola com a comunidade e vice versa, é importante para a realização de um trabalho verdadeiramente inclusivo, que inclua não só os alunos com deficiências, mas também toda comunidade no intuito de promover o nível de ensino e de aprendizagem dos alunos.

Seqüenciado com os PCN's – Temas Transversais (idem, p. 31):

É certo que muitas medidas estão fora do alcance dos educadores, mas há muitas delas que são possíveis e, quando for o caso, a reivindicação junto aos responsáveis em torno da solução de problemas é um importante ensinamento das atitudes de auto-estima, co-responsabilidade e participação.

Deste modo, frente a um trabalho em conjunto com a comunidade, a efetivação de uma proposta educativa inclusiva, a postura do professor e o papel que exerce na instituição, é fundamental para que se possa ter certeza de que pelo menos estamos lutando por uma escola mais justa e por um ensino mais acolhedor.

É pertinente que a escola pesquisada dê o primeiro passo e que incentive seus professores a fazerem parte deste universo para que possam proporcionar aos seus alunos mais conforto no que diz respeito a um ensino mais cooperativo, humano e solidário, que valorize o aluno e as suas diversidades.

Para Goffredo (1991, p.32):

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidades educativas especiais, e ao mesmo tempo facilitar-lhe a integração na sociedade como membros ativos. Mas para que isto aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais, seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e principalmente apto a aprender a aprender.

Dessa forma, faz-se necessário, em primeiro lugar, que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais, seja visto como alguém que é capaz de aprender e se desenvolver, mediante suas possibilidades, não podendo a escola promover o seu desenvolvimento se compactua com a idéia de que não é capaz de crescer cognitivamente e se tornar um sujeito produtivo.

Para Goffredo (1991, p.31) “[...] a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as portas abertas as pessoas às com necessidades educativas especiais.”

Assim, a escola não pode reproduzir em seu espaço o preconceito e/ou a exclusão que conseqüentemente excluirá também o indivíduo da sociedade. Dessa forma, precisa acolher todos os indivíduos, sem exceção de cor, raça ou aparência.

De acordo com os PCN's – Introdução (1997, p.97) “A escola, ao considerar a diversidade tem como valor máximo o respeito as diferenças – não o elogio a desigualdade.

As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento.”

Nesse contexto, a escola precisa não só acolher o aluno com necessidades especiais, mas principalmente garantir-lhe condições de desenvolvimento, respeitando as suas diferenças e acreditando nas suas potencialidades. A escola que não atribui credibilidade ao seu aluno, não pode desenvolver um projeto educativo que vise o enriquecimento intelectual desse estudante.

5 RECOMENDAÇÕES FINAIS

Assim, foi possível concluir que a escola na qual desenvolveu-se esta pesquisa, ainda não apresenta um trabalho inclusivo, por acreditar que as diversidades que seus alunos apresentam não chegam a interferir no ensino e aprendizagem e no seu desenvolvimento cognitivo.

Acredita-se então, que se faz necessário uma análise mais aguçada da situação destes alunos, com o intuito de verificar se suas diversidades, interferem ou não no seu desempenho e principalmente constatar se realmente é ou não uma necessidade educativa especial, para ser tratado como tal.

Diante disto, este trabalho constitui-se em uma proposta de grande relevância, para suscitar aos professores da Escola Estadual Professor Tertuliano Pinheiro Filho, a necessidade de trabalhar a educação inclusiva, com vistas a integrar os alunos com necessidades educacionais, no sistema regular de ensino promovendo um trabalho em conjunto com a família para que esse aluno possa ser respeitado na sua diversidade. Assim, diante de tudo o que foi exposto, faz-se necessário também adequar as escolas para receber aqueles alunos que para se locomoverem precisam de cadeira de rodas, ou bengalas, com o objetivo de dá a instituição a visão de que todos os indivíduos não são iguais, mas lá é o lugar de todos, não importando as diversidades que apresentem.

Não é preciso criar uma escola específica para acolher os estudantes que apresentam deficiências, sejam elas acadêmicas, físicas ou social, mas uma escola que acredite no potencial do seu educando e sinta prazer em contribuir com seu desenvolvimento, que auxilie o aluno a adquirir não só conhecimentos sobre as disciplinas do currículo mas também a construir atitude e valores morais e éticos norteadores da convivência em grupo.

Para tanto, é essencial que as escolas iniciem na prática as ações inclusivas com vistas a incluir seus alunos não porque é uma necessidade, mas sim por ser a educação um direito do cidadão e um dever do Estado.

Esta ação de incluir certamente tornará nossa sociedade mais justa, humana e participativa e fará dos nossos sujeitos indivíduos respeitados e respeitáveis para conviver harmonicamente em grupo.

Sem dúvida a diferença, seja ela física, mental e até social é um fator significativo na vida de quem a possui e isso impõe desafios, tanto para os portadores destas diferenças quanto para os governantes, que precisam implementar políticas públicas, não apenas para garantir o ingresso desses sujeitos na escola, mas para criar espaços que permitam a essa população atividades ao longo da vida que considere sua diversidade e resulte claramente em uma verdadeira mudança de cultura social.

No mundo de hoje, essas pessoas não podem ser consideradas incapazes, ao contrário, precisam ser vistas e aceitas socialmente pelo seu potencial, por tudo que podem fazer de criativo e pela contribuição que podem dar em termos de humanidade e solidariedade para este mundo tão desigual.

Um indivíduo não nasce ou se torna um deficiente por vontade própria, pelo contrário. Portanto, é necessário que não só os alunos, mas todos os indivíduos, pensem e imaginem do que precisariam, o que sentiriam e como gostariam de ser tratados se fossem deficientes.

Para que o problema da exclusão, do preconceito e da discriminação seja amenizado, é necessário que haja um compromisso intenso dos governantes, da sociedade e principalmente dos educadores, no sentido de intensificar a vigilância e realizar um trabalho de sensibilização junto as escolas e a outros seguimentos da sociedade, mostrando os notórios perigos da exclusão e deixando claro que incluir é uma necessidade urgente.

Finalmente é preciso questionar a escola no desejo de avançar na probabilidade da educação inclusiva, e fazer de cada dia, o momento próprio para a construção da escola que se quer, escola especial para todos os alunos, em prol da construção das condições necessárias para a formação de uma sociedade inclusiva, justa e menos desigual

Para Stainback e Stainback (1999) o ensino inclusivo, numa sociedade cada vez menos igual, pode ajudar aos alunos a aceitar e aprender a conviver sem discriminação, com as pessoas que são consideradas diferentes por algum tipo de deficiência que apresente.

A escola é um lugar privilegiado para trabalhar com este tipo de assunto, pois inclui em sua gama de conteúdos, dentre outros, a ética e a cidadania, que são essenciais na formação do sujeito crítico, reflexivo e atuante em seu contexto social.

É preciso que as instituições escolares, os professores e todos os responsáveis pela educação dos sujeitos se engajem na perspectiva de que precisa tornar a inclusão um fato real dentro das nossas escolas, algo que se concretize não só na entrada do aluno na escola, mas que também se solidifique a medida que atividades são desenvolvidas e os alunos são motivados a aprender.

Diante desta pesquisa, foi possível perceber que o professor tem uma grande parcela de responsabilidade no que compete ao trabalho com a inclusão escolar, pois é ele que está diretamente em contato com o aluno todos os dias e só ele é capaz de reconhecer no aluno suas peculiaridades e a partir disso propor-lhes situações nas quais possa se desenvolver.

É preciso deixar de lado a idéia de que tudo é difícil demais, que falta isso e/ou aquilo e arregaçar as mangas para fazer alguma coisa com o intuito de modificar a sociedade e reverter o quadro de preconceito e discriminação que se instaurou em nossos contextos escolares em detrimento da cor, raça, aparências física e também diferenças psicológicas.

Se tomamos para nós o papel de educadores, isto inclui algo mais do que apenas repassar conteúdos para que os alunos possam reproduzi-los no dia da prova, requer formar cidadãos e formar cidadãos incide em sensibilizar sujeitos do seu papel social, cultural e principalmente humano.

Para Mittler (2003, p. 35), “A inclusão, na maior parte das vezes, resulta em freqüentar a escola que um aluno jamais freqüentaria na ausência e uma necessidade especial significativa”.

É possível perceber que a inclusão escolar ainda não se realiza na prática como manda a teoria, configurando-se na maior parte das vezes apenas na inclusão do aluno na escola ou seja na instituição, deixando-o de fora do ensino-aprendizagem e das atividades que promovam o seu desenvolvimento cognitivo e social.

Mas para que tudo isso se concretize, o professor precisa reconhecer que o seu aluno apresenta singularidades e que cabe a ele buscar formas para atendê-lo, pelo menos enquanto estiver sob sua responsabilidade pedagógica.

Se deixarmos para lá cada aluno que passar pelas nossas mãos só porque ele apresenta alguma deficiências e/ou singularidade, estaremos perdendo a oportunidade de contribuir com a formação dos indivíduos que futuramente integraram a nossa sociedade e possivelmente cuidaram do nosso futuro.

Enfim, foi possível concluir que incluir é algo simples, entretanto requer determinados cuidados que fazem toda a diferença, como o respeito, a solidariedade, a colaboração e a vontade de fazer um mundo mais humano em que os diferentes sejam normais porque é normal ser diferente.

6 ABSTRACT

The present Article discusses in a critical and reflexive way the subject of the School Inclusion and the difficulties regarding the students' teaching-learning that you/they present special educational needs promoting a reflexive discussion on the inclusive pedagogy and the educational practice with the teachers, in a perspective of foundation of this practice aiming at to lecture on this theme, to verify what does the School State Teacher Tertuliano Pinheiro Filho, to welcome their students' diversity, front the practice of an inclusive pedagogic proposal in minimizing the social exclusion. For so much it was done necessary to accomplish a field research with students, teachers and students' parents, to verify their conceptions concerning this theme and of the actions developed in this extent, in his/her school context, resulting in a theoretical support for the development of an inclusive work in the schools, it is as a base not only to receive the student in the regular system of teaching, but he/she offers him/her conditions so that it can grow as human being and as student, improving the quality of the life and their relationships with the society. Once it was possible to verify that the researched teachers meet are not prepared to accomplish a work with this purpose, for they be not qualified and consequently based theoretical and methodologically for they develop activities that involve all of the students and not just the ones that present more success cognitive and/or physical. The students for fear of the exclusion and/or shyness doesn't speak about their singularities and the parents don't also recognize the children's deficiencies. This way it is possible to end that the school in the which this research was accomplished, still doesn't develop an inclusive work, for believing that the diversities that have their students don't interfere in the teaching-learning. Therefore, it is necessary to question the school in the desire of developing in their space an inclusive education, that it recognizes the students' differences and in the regular system of teaching promoting the acting for all of the students.

Key-words: Segregation, Inclusion, Education.

REFERENCIAIS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: **ensino médio**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. - Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: **temas transversais**. Ministério da educação. Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: **introdução**. Ministério da educação. Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor S. **Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial de ensino do município do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 1991.

MADER, Gabriele. “**Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**”. In MANTOAN, Maria Iereza Edgler. A integração da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTA, M. J. S. **Inclusão e integração ou chaves da vida humana**. Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP). Disponível em: <<http://www.entreamigos.com.br>>. Acesso em 20.05.2002.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. **Conselho Estadual de Educação**. Resolução n.º 01/2003 – CEE/RN: Natal: Sec, 2003. Inédito.

REVISTA NOVA ESCOLA. Junho de 1999, p.11.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação**. 2. ed. atual. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

STAINBACK, Suzan; STAINBACK, William. **Inclusão um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.